



## MACHICO ESTÁ BEM E RECOMENDA-SE!

A equipa à frente da Câmara de Machico concluirá em breve o seu segundo mandato. Depois de muito tempo a pagar as dívidas dos seus antecessores, tem agora alguma folga para investir em projetos de diversas áreas. Para o próximo mandato, têm a ambição de desenvolver um projeto estruturante para a cidade e para o seu futuro.

**MARINA BARBOSA**  
**UMA MULHER**  
**DE CAUSAS**



pág. 6

**CONTRATOS**  
**PROGRAMA**  
**DISCRIMINAM**

pág. 10

**MAIS UMA**  
**OPORTUNIDADE**  
**PERDIDA?**

pág. 16



AUTARQUIAS

# MACHICO APOIA COM MEDICAMENTOS

No âmbito da sua política social, a Câmara Municipal de Machico entregou 54 novos Cartões Abem - Rede Nacional do Medicamento, num investimento de 5 mil e 400 euros.

Os 54 munícipes com doenças crónicas e em situação de vulnerabilidade financeira abrangidos por esta medida, passam agora a poder obter os medicamentos que lhes são prescritos de forma gratuita ou a preços reduzidos em qualquer farmácia do concelho de Machico. O cartão tem a validade de um ano e já abrange 219 pessoas, sendo

que com as renovações já foram atribuídos 337 exemplares. Recorde-se que o projeto foi implementado pela primeira vez em 2019 com a assinatura de um protocolo com a Associação Dignidade - Rede Solidária do Medicamento e em parceria com as farmácias do concelho, e permite que qualquer munícipe tenha acesso à saúde com dignidade. Os interessados em usufruir desta resposta social promovida pela Câmara devem entrar em contacto com o Gabinete de Apoio Social da Câmara Municipal de Machico através do 910831413 e solicitar informações adicionais.



## MEIO MILHÃO PARA A LOMBADA DA PONTA DO SOL

São mais de três mil metros de estrada que vão ser pavimentados, recuperando integralmente a estrada Nova da Lombada, e eliminando os muitos obstáculos que minavam esta artéria, e tornavam a circulação muito perigosa. O concurso público para a pavimentação da estrada, entre a Estrada Regional 222 e o sítio da Pereirinha, junto à entrada para a Levada Nova da Lombada, deve ser lançado ainda durante o mês de Março. Está previsto um investimento

de quase meio milhão de euros, da responsabilidade da Câmara Municipal da Ponta do Sol. A recuperação desta estrada faz parte do conjunto de reivindicações da Ponta do Sol em termos da participação municipal na Lei de Meios, mas que nunca foi aceite pelo Governo Regional, pelo que a realização desta obra depende apenas de fundos municipais, e corresponde a um esforço significativo da Câmara liderada por Célia Pessegueiro.

## FUNCHAL REALOJA QUATRO FAMÍLIAS

A Câmara Municipal do Funchal entregou as chaves de novas moradias a quatro famílias do concelho com carências graves. Miguel Silva Gouveia salientou que “no meio desta crise sem precedentes que estamos a viver, continuamos a ouvir as preocupações dos funchalenses ao nível da habitação social. É com muita satisfação que hoje entregamos as chaves de novas moradias a quatro famílias (...) que, a partir de hoje, têm um novo alento para poderem recomeçar as

suas vidas.” As habitações atribuídas foram recuperadas pela autarquia e estão situadas nos complexos habitacionais da Quinta Falcão III, Galeão e Várzea. O atual executivo desenhou um regulamento que veio definir os critérios para a atribuição de habitação social no Município. “Desde que iniciámos funções, sempre consagramos o direito à habitação como um direito fundamental de todos os cidadãos”, concluiu o presidente da Câmara.

# VIVEIRO DE LOJAS NO FUNCHAL

A Câmara Municipal do Funchal abre, em março, um projeto inovador intitulado “Viveiro de Lojas do Funchal”. Trata-se de uma incubadora para novas marcas e ensaio a novos negócios, que permitirá, a cada 6 meses, que 6 empreendedores da cidade testem os seus produtos, sem os custos inerentes à abertura de um espaço próprio.

O Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Silva Gouveia, visitou este espaço instalado no Largo do Corpo Santo, na Zona Velha da cidade e explica que “este é o mais recente projeto de incentivo ao empreendedorismo da CMF e que oferece aos investidores que estão a começar os seus negócios, uma oportunidade única para ter um espaço, onde podem testar,



dar a conhecer o seu produto e chegar à conclusão se este é adequado ao mercado e se o seu negócio é viável.”

O Viveiro de Lojas do Funchal representa um investimento municipal de 32 mil euros e visa proporcionar a projetos

empresariais, com potencial de crescimento, um local temporário para teste e comercialização de produtos.



## FUNCHAL INVESTE NO BAIRRO DOS MOINHOS

O Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Silva Gouveia, e o Vereador com o pelouro das Águas e Saneamento Básico, Rúben Abreu, visitaram o emblemático Bairro dos Moinhos, em São Pedro, onde decorrem diversos trabalhos de remodelação das redes de abastecimento de água e de saneamento básico. Este é um investimento que ascende a 380 mil euros + IVA, cofinan-

ciado pelo POSEUR. Miguel Silva Gouveia salientou que esta obra “é uma reivindicação antiga da população do Bairro dos Moinhos que espera por esta intervenção há cerca de quarenta anos. A Câmara conseguiu colocar esta empreitada no terreno, procedendo a uma melhoria das infraestruturas da rede de água potável, saneamento básico e também à criação de uma rede de águas pluviais.”



## 5.600 CABAZES CHEGAM A FAMÍLIAS FUNCHALENSES

A Câmara Municipal do Funchal já entregou um total de 5.605 cabazes a famílias funchalenses afetadas pelas consequências da crise pandémica, no âmbito da iniciativa “Funchal, Cabaz Vital”. Neste momento, o investimento municipal já ultrapassou os 100 mil euros, sendo que as famílias das freguesias de Santo António e São Martinho são as que mais recorrem a este apoio de cariz social. O Presidente Miguel

Silva Gouveia sublinha que “em oito meses de implementação, a CMF já apoiou mais de dezoito mil pessoas, um número que é bastante representativo das dificuldades que as famílias funchalenses têm vindo a enfrentar durante a crise pandémica. Desde a primeira hora, temos estado ao lado dos funchalenses, salvaguardando as suas condições de vida e honrando a matriz social que pauta a governação deste executivo.”

## AUTARQUIAS

# PONTA DO SOL QUER FUNDOS DA LEI DE MEIOS

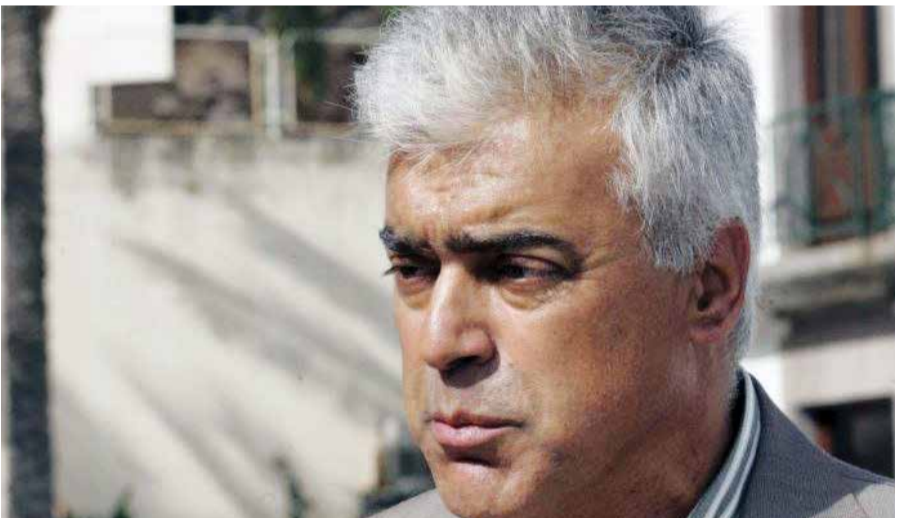


Já se passaram mais de dez anos, mas ainda há estruturas à espera dos fundos da Lei de Meios. É pelo menos a situação na Ponta do Sol, onde a Câmara reclama a recuperação de duas estradas, bem como a canalização de vários ribeiros, córregos e linhas de água que, sendo responsabilidade do Governo Regional, continuam por resolver, e que são, de acordo com Célia Pessegueiro, fatores de risco.

Os danos contabilizados no concelho serviram para determinar o valor a reclamar dos fundos de solidariedade nacional, mas não foram distribuídos pelos municípios.

“Está na altura de se fazer justiça à população da Ponta do Sol”, disse.

“Os fundos disponibilizados pela Lei de Meios têm efetivamente de ser utilizados para os danos causados”, acrescentou, concluindo que “olhando para o JORAM (...) parece que o temporal só atingiu alguns municípios”. A Câmara da Ponta do Sol quer usar estes fundos para a recuperação de uma estrada (estrada Nova da Lombada) e a recuperação de uma vereda, que deverá ser alargada, bem como a recuperação de uma série de muros de suporte - o que também é facilitado com o alargamento.



## EXCEÇÕES PARA A AGRICULTURA NO PORTO MONIZ

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, Emanuel Câmara, solicitou na reunião semanal entre o secretário regional da Saúde e Proteção Civil e os presidentes de Câmara da Região, que seja criado um regime de exceção aos agricultores, de forma a que estes possam trabalhar nos seus terrenos depois da hora do confinamento obrigatório. Considera Emanuel Câmara que não faz sentido, dadas as

características muito próprias da atividade agrícola, que os seus praticantes estejam a perder mais de uma hora de trabalho por dia, sendo que isto se aplica não só a quem faz da agricultura modo de vida, mas também a quem se dedica a esta em part-time. Na perspetiva do edil do Porto Moniz, não será certamente difícil para as autoridades determinar quem se desloca para casa da atividade agrícola dos que o fazem por outro motivo.



## “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” APOIA CINCO PROJETOS NO FUNCHAL

Miguel Silva Gouveia anunciou os cinco vencedores da 3ª edição do Orçamento Participativo do Funchal, uma iniciativa com um orçamento global de 500 mil euros. O presidente da Câmara do Funchal referiu, na ocasião, que se “cumprira um dos eixos estratégicos que este executivo tem colocado ao serviço da cidade do Funchal, que passa por promover a democracia participativa e o envolvimento dos cidadãos na construção da sua cidade.” O resultado da iniciativa demonstra bem o seu sucesso e mostra também “que não estamos sós e que os

funchalenses, apesar da situação atual, continuam a querer estar presentes na construção do futuro da sua cidade”, acrescentou. Os vencedores foram os projetos “Cobertura do Polidesportivo da Escola EB1/PE dos Ilhéus”, com 602 votos, a “Requalificação do Campo Desportivo da Escola do Areeiro e Lombada”, com 535, “Escalada Desportiva para Todos - Jardim do Almirante Reis”, com 527, “Requalificação do Pátio da Escola Secundária de Francisco Franco”, com 499 e, por fim, “Observatório e Parque de Astronomia do Funchal”, com 275 votos.

## AUTARQUIAS

# PORTO MONIZ APOIA MEDICAMENTOS



**A Câmara Municipal de Porto Moniz tem vindo a apoiar a população idosa do concelho na aquisição de medicamentos há cinco anos e a adesão tem sido crescente por parte dos mais carenciados.**

São já mais de seiscentos os idosos apoiados pela Câmara do Porto Moniz na aquisição de medicamentos. O apoio, que se desenvolve ao abrigo do programa “Porto Moniz Vida +”, corresponde a um investimento de 120 euros por pessoa apoiada, pago em tranches mensais. Emanuel Câmara, presidente da Câmara do Porto Moniz, referiu que este apoio “é o resultado de um esforço financeiro da autarquia, e que tem ajudado

muitos idosos e muitas famílias”, tendo merecido “o reconhecimento da população”.

O programa teve início em 2016, ainda durante o primeiro mandato de Emanuel Câmara, com cerca de 400 inscritos, sendo que atualmente são já mais de 600, o que decorre muito do trabalho de proximidade desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Idoso. Faz parte dos objetivos da autarquia aumentar o montante do apoio de dez para quinze euros por mês, já a partir de maio. Para beneficiar do apoio basta estar recenseado e residir no concelho há mais de dois anos, viver num alojamento familiar e ter uma idade igual ou superior a 65 anos.



## MOBILIDADE REDUZIDA: CONSULTA EM MACHICO

A Câmara Municipal de Machico aprovou a alteração ao regulamento de apoio social, passando a contemplar novos apoios no âmbito de Saúde/Ajudas Técnicas. Reconhecendo que no contexto da pandemia há cada vez mais munícipes com dificuldades financeiras para adquirir equipamentos que auxiliem na mobilidade física, a Câmara de Machico pretende apoiar estas pessoas com a atribuição de ajudas técnicas, tais como

camas articuladas, cadeiras de rodas, andarrilhos, bengalas, etc. A medida visa auxiliar todos os que padecem de mobilidade reduzida e que necessitam destes meios para usufruírem de uma melhor qualidade de vida. Esta é igualmente uma importante resposta para todos aqueles que, por meios próprios, dificilmente conseguiriam adquirir estes equipamentos. A proposta encontra-se em discussão pública.



## FUNCHAL RECUPERA CAMINHO DA PENTEADA

A Câmara Municipal do Funchal procedeu a trabalhos de repavimentação do caminho da Penteada, em São Roque, depois de concluída a empreitada de controlo e monitorização de fugas nas redes de águas. Miguel Silva Gouveia, presidente da Câmara, explica que “depois de finalizarmos a substituição das antigas condutas e da instalação de válvulas reguladoras de pressão, procedemos à repavimentação do troço,

entre a estrada Comandante Camacho de Freitas e o Tecnopolo. A empreitada é um investimento camarário que ascende aos 566 mil euros e percorre uma extensão de cerca de dois quilómetros de rede.”

Durante a intervenção foram refeitas cerca de quinhentas e vinte ligações e instalados seis novos hidratantes para permitir um combate mais eficaz em possíveis situações de incêndios.

## DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

## BIO

Mulher, advogada e mãe – com muito orgulho e satisfação.

Com pouco mais de trinta anos, é licenciada e mestre em Direito (em ambos os casos pela Universidade de Coimbra), tendo em particular trabalhado a área do Direito da Família.

Na sequência da formação académica, passou por vários estágios (incluindo no Julgado de Paz do Funchal e Câmara de Lobos), bem como formações adicionais, principalmente na área do Direito da Família e na Mediação Familiar.

O Direito é uma paixão – e não concebe não trabalhar na área. Tal como na política, a ambição é fazer uma diferença na vida das pessoas.

Caracteriza-se como uma comunicadora, integrando facilmente equipas de trabalho, onde é um elemento importante em termos de gestão e resolução de conflitos.



# MARINA BARBOSA

## UMA MULHER DE CAUSAS

**Marina Barbosa é a deputada mais nova do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional. Não será, pois, surpresa que esta advogada tenha sido uma nomeação da Juventude Socialista, nem que, estando habituada a defender causas, seja principalmente por isso que é reconhecida entre os seus pares.**

Nascida no Funchal, casou-se em Machico, terra que adotou como sua, de tal maneira que nem levanta a hipótese de regressar à capital. “As pessoas acarinharam-me, ambientei-me, e hoje em dia sinto-me melhor em Machico do que em qualquer outro lugar na Madeira”, disse. O “bichinho” da política instalou-se depois da universidade. “Quando vim de Coimbra tinha muitos amigos com uma posição política, e acabei por ajudar a organizar o congres-

so de 2014”. Em 2019 assumiu o projeto de Paulo Cafôfo, e Olavo Câmara (líder da JS-Madeira) achou que seria a pessoa ideal para integrar as listas.

É importante ter a sensibilidade “jovem”, e inicialmente o objetivo era trabalhar mais as áreas da juventude (desporto, social, natalidade, acesso a habitação e profissionalização) e das “causas”. A verdade é que o “Covid veio atrapalhar a agenda jovem”.

Ao longo dos próximos anos, espera um retorno à normalidade para poder prosseguir os esforços de implementação dos grandes princípios defendidos pela Juventude Socialista, e uma sensibilidade especial para os problemas e as dificuldades dos jovens, que sente como seus.

Na Assembleia Regional, tem tido uma responsabilidade acrescida nas áreas da juventude e em relação a Machico.

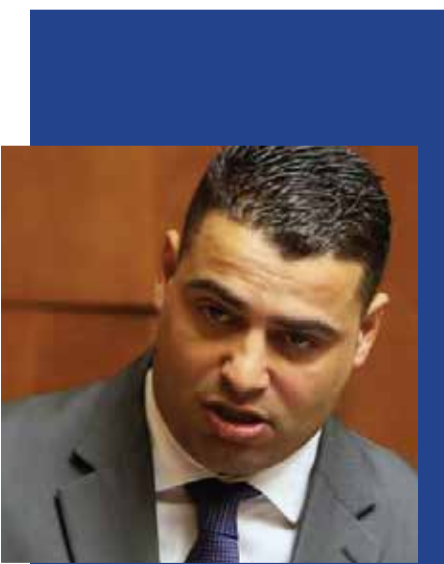
### AS CAUSAS DA JS MADEIRA

Os objetivos principais passam pela prossecução dos interesses mais específicos dos jovens, nomeadamente tudo o que está ligado com políticas de incentivo à natalidade, incluindo temas como transporte escolar, alimentação nas escolas, apoios à natalidade, bem como aqueles problemas que afetam mais os jovens adultos, como habitação, desemprego, trabalho precário, baixos salários, e o abandono escolar precoce, incluindo todas as estratégias que possam levar à minimização e superação destas questões. Isto para além dos já tradicionais incentivos ao desporto, integração e apoio social e tudo o que estiver relacionado com o trabalho e grupos profissionais.

## GRUPO PARLAMENTAR

**PROPOSTAS PELA MADEIRA****SAÚDE MAIS ACESSÍVEL**

«Os serviços de saúde não se podem fechar à população», afirmou o deputado Élvio Jesus, frisando que o acesso deve ser garantido às populações de acordo com as suas necessidades, independentemente das suas condições económicas. O parlamentar disse que com a pandemia esta situação verificou-se e que alguns serviços deixaram de atender doentes. Questionou ainda o porquê de o Governo Regional não apresentar os dados de antes e após o confinamento, ao invés de dar conta apenas dos dados globais do ano 2020, quando é sabido que houve dois meses e meio sem pandemia.

**PRR-RAM NO PORTO SANTO**

O deputado Miguel Brito defende que o Plano de Recuperação e Resiliência

(PRR) deve ser mais ambicioso no que ao Porto Santo diz respeito, como forma de dar uma resposta cabal às reais dificuldades dos empresários e população local.

**APOSTA DO PRR NA EDUCAÇÃO**

O PS-Madeira entende que o Plano de Recuperação e Resiliência da Região tem de ser mais abrangente no que diz respeito à Educação e não incidir somente na digitalização. O deputado Rui Caetano defende uma aposta na formação profissional, a cooperação com a UMa na formação de professores, um plano de saúde mental escolar e um programa de incentivo à atividade física e ao desporto.

**DISSOLVER SDMs**

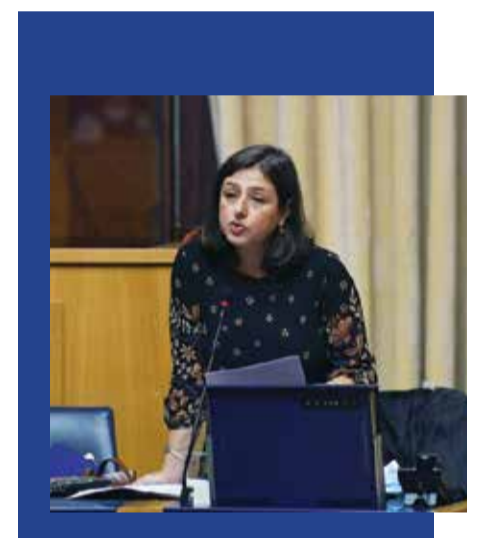
O líder parlamentar do PS-Madeira, Miguel Iglésias considera que a dissolução das

Sociedades de Desenvolvimento da Madeira (SDM) é “urgente”, face aos avultados prejuízos que apresentaram para o erário público, ao longo dos últimos anos. Lembra ainda que as recentes notícias vieram dar razão ao PS que, em junho do ano passado, apresentou esta solução, tendo sido refutada pelo PSD e pelo próprio Governo Regional. As SDMs acabaram por funcionar como instrumentos na criação de dívida oculta, que todos os madeirenses pagam, e hão-de pagar durante muitos anos.

**MAIOR ABRANGÊNCIA DO PRR-RAM**

Para o PS-Madeira o Plano de Recuperação e Resiliência apresentado pelo Governo Regional está muito centralizado na administração pública e, por isso mesmo, apresentou 50 propostas com vista à sua melhoria, por entender que esta poderá ser uma oportunidade para

mudar o modelo de desenvolvimento regional e preparar a Madeira para o futuro. “Não podemos ter as mesmas respostas que foram dadas, com os resultados medíocres que conhecemos”, adverte. Para ter sucesso, o PRR-RAM deverá estender-se por outros sectores do tecido económico da Madeira e do Porto Santo, por forma a cumprir os objetivos a que se propõe.

**PROFISSIONAIS QUALIFICADOS**

A deputada Elisa Seixas confrontou o secretário regional da Saúde com a contratação de pessoas para os laboratórios do SESARAM sem a titulação profissional para o exercício das funções de técnicos superiores de saúde. “Como é possível pessoas que não frequentam um curso na área da saúde serem contratadas para exercer funções para as quais não estão devidamente habilitadas, que requereriam um estágio de dois a quatro anos em todas as secções laboratoriais, já que não possuem uma licenciatura na área?”.



**COM PRINCÍPIOS.**  
**SEM PRIVILÉGIOS.**

## GRANDE ENTREVISTA



## RICARDO FRANCO

# MACHICO ESTÁ BEM E RECOMENDA-SE

**Depois de quase dois mandatos a pagar as contas deixadas pelos seus antecessores, a equipa de Ricardo Franco pode finalmente respirar um pouco e tentar deixar a sua marca no futuro de Machico. A recandidatura passa também por aqui: desenvolver um projeto estruturante para a cidade.**

Ricardo Franco recebeu uma Câmara basicamente falida. Quando tomou posse, na sequência de dois mandatos do PSD, ninguém dava crédito à Câmara de Machico, e o prazo de pagamento a fornecedores era superior a um ano. Durante o primeiro mandato, a autarquia conseguiu investir cerca de 900 mil euros, ao longo dos quatro anos do mandato. No mandato seguinte, o montante rondou mais ou menos o mesmo valor por ano, até que no quarto ano de mandato foi possível aumentar o investimento para

5 milhões, e negociar um empréstimo de 3,5 milhões para melhorias na rede viária. A diferença justifica-se pela existência de uma dívida enorme, correspondente a cerca de 30 milhões de euros, deixada pela vereação anterior. Mas justifica-se acima de tudo pelo esforço de reduzir esta dívida, tendo sido possível reduzi-la de 30 milhões para cerca de 1,5 milhões.

#### Política de proximidade

O que foi sendo feito, e que continua a ser a prioridade

desta Câmara é a promoção de uma política de proximidade, baseada na resolução dos problemas da população, em vez de desperdiçar milhões em obras “estruturantes” de utilidade duvidosa. Esta priorização permite não só conhecer bem os problemas mais prementes da população, mas também, com meios relativamente limitados, dar respostas a essas necessidades. Em termos sociais, de acordo com as declarações do seu presidente, esta foi “a Câmara municipal de Machico mais social de sempre”, com preo-

## BIO

Ricardo Franco é presidente da Câmara de Machico desde 2013.

Conseguiu, em 2017, a proeza de aumentar o resultado eleitoral, consolidando uma vantagem que lhe permitiu assumir uma maioria absoluta, fundamentada numa imagem positiva entre a população do concelho.

Este professor de História abraçou a presidência de Machico com enorme garra e energia, e foi capaz de cativar a população para o seu projeto.

Conhece o concelho de lés a lés, e também daí decorre o bom relacionamento que tem com os munícipes, e que resultou nos bons resultados eleitorais de 2017.

O edil completa em setembro o seu segundo mandato, candidatando-se assim ao terceiro, que aponta como sendo o espaço que tem para deixar uma marca, depois de vários anos a pagar as dívidas deixadas pelos seus antecessores.

“Projetos e ideias temos sempre”, disse, “haja os meios, e a conjugação de esforços, para os implementar”.

cupações para com todos os escalões etários. Por exemplo, em relação a estudantes, os apoios aos que frequentam cursos superiores atingiram 240 mil euros, apoiando 330 alunos.

A Câmara tem vindo a fazer um esforço no sentido de apoiar aqueles que mais dependem de medicamentos, disponibilizando um cartão-medicamento numa parceria com a ABEM-Rede Nacional do Medicamento, que permite a aquisição de medicamentos de forma gratuita ou a preços reduzidos em qualquer far-



## GRANDE ENTREVISTA



mácia de Machico. São já mais de trezentos os beneficiários desta iniciativa, o que significa um investimento por parte do município superior a trinta mil euros.

A Câmara também tem vindo a atribuir cabazes a dezenas de famílias do concelho, uma medida que se vem juntar a várias outras tomadas em tempos de pandemia, como a atribuição de tablets aos alunos de ensino básico, a distribuição de material de desinfeção/higienização de superfícies, bem como todo o tipo de consumíveis, às escolas de Machico.

#### **Impostos mais baixos de sempre**

Os impostos e taxas têm vindo a diminuir, com o IMI a estar neste momento no escalão mais baixo possível, a 0,3%. Há majorações para aqueles que têm crianças a cargo, o chamado IMI familiar,

e tem sido devolvida 20% da parcela de IRS que é atribuída às câmaras.

Machico tem vindo também a aplicar uma série de medidas de apoio ao comércio e serviços, que passam pela distribuição de kits de proteção e desinfeção, com que a Câmara já gastou mais de cem mil euros, e a isenção de rendas a concessionários de espaços camarários.

Em termos de licenciamentos, o município optou pela desmaterialização dos processos. Aliás, a opção de Machico, neste aspeto, foi distinta de todas as outras Câmaras da Região: defendeu a lógica da comunicação prévia – através da qual é responsabilidade do empresário certificar-se que cumpre todas as regras e normas, e a Câmara só tem de verificar este processo depois de aberto o espaço. Isso permite claras poupanças em termos de custos administrativos para o promotor, e neste

período de pandemia, a Câmara abdicou de cobrar as taxas de publicidade e de esplanada, o que acaba por ser outro apoio do município. Os apoios aos empresários foram também estendidos aos táxis, tendo-lhes sido atribuídos vouchers no valor de 150 euros, fundamentalmente para que pudessem fazer face aos custos da pandemia, normalmente usados na aquisição de combustível.

#### **Proteção civil não é custo**

O autarca defende que a proteção civil não se pode ver como um custo, mas sim como um investimento. Algumas Câmaras apoiam corporações de bombeiros voluntários. Machico tem bombeiros municipais – o que acresce o peso em termos de massa salarial, mas também permite uma melhor proteção das populações. Machico tem também vindo

**Ricardo Franco quer dinamizar um projeto estruturante para o concelho, algo que dinamize as empresas locais, e que faça a diferença por muitos anos. Tratando-se de um concelho principalmente virado para o sul da ilha, defende que este projeto se deve alavancar no turismo, mas que deve ser uma mais valia que atraia investimento privado.**

a apoiar as suas juntas de freguesia, quer em termos de delegação de competências, quer em apoios para o desenvolvimento de ações pontuais. Em 2013, quando o executivo tomou posse pela primeira vez, estes apoios eram da ordem dos sessenta mil euros por ano, hoje já são cerca do dobro.

#### **Educação**

A Câmara tem implementado medidas de apoio quer aos alunos, quer às escolas. Os manuais escolares foram distribuídos a todos os alunos do concelho, e esta é uma medida que se pretende replicar no próximo ano letivo. Porque em setembro, na data das eleições já começou o próximo ano letivo. Da mesma forma, foram distribuídos tablets para os alunos do ensino básico que os não tivessem, bem como kits com material escolar. A Câmara também tem promovido um esforço no sentido de continuar o apoio às crianças em casa.

**Ricardo Franco está revoltado com a questão dos contratos-programa. No período de 2002 a 2013, com uma vereação laranja, a câmara beneficiou de mais de 23 milhões neste tipo de instrumentos, um valor que caiu, em 2014-2021, para zero. Da mesma forma, muitos concelhos têm beneficiado da construção de caminhos agrícolas. Para Machico, e ao contrário do que foi prometido pelo Governo Regional, nada.**



UMA NOVA LIDERANÇA

# GOVERNO REGIONAL DISCRIMINA COM CONTRATOS-PROGRAMA



A realização de contratos-programa tem tradicionalmente sido um instrumento de eleição na prossecução de objetivos comuns entre as autarquias e o Governo Regional no serviço das populações da Região. Eram aplicados de forma mais ou menos transversal em todas as Câmaras da Madeira e no Porto Santo. Na sequência das eleições autárquicas de 2013 e 2017 passaram a ser utilizados como instrumentos de poder discriminatório, no financiamento de obras públicas apenas nos concelhos que votaram PSD, numa clara medida discriminatória e punitiva.

**A situação tem sido contestada por todas as autarquias não-PSD, que se queixam de uma atitude persecutória, incompreensível e discriminatória.**

Aliás, olhar para a lista de contratos-programa assinados é esclarecedor da política governamental. Dezenas de contratos assinados com en-

tidades desportivas, normalmente a apoiar deslocações, ou a realização e participação em torneios. Vários celebrados com associações e casas do povo para apoio à população, numa clara ultrapassagem das estruturas autárquicas mais próximas da população, como freguesias e os próprios municípios. Nalguns casos, os contratos-programa cobrem mesmo as despesas de funcionamento das ditas associações...

A situação tem sido contestada por todas as autarquias não-PSD, que se queixam de uma atitude persecutória, incompreensível e discriminató-

ria. É o caso dos presidentes de Câmara do Funchal, Ponta do Sol, Machico e Porto Moniz, que poderiam fazer muito mais pelas suas populações sem estas atitudes do poder regional, que só se pode entender como desrespeito pela vontade popular, expressa em eleições.

O Grupo Parlamentar do PS-Madeira na Assembleia Legislativa Regional também condenou esta posição do Governo Regional, referindo mesmo posições de “incoerência”, na medida em que reclama “solidariedade” da República, mas não a estende às autarquias que não são da sua cor, afirma Paulo Cafôfo numa visita a obras na praia do Gavinas, danificada por uma tempestade.

A situação é tanto mais grave quando os atuais presidente e vice-presidente do Governo Regional, enquanto presidente e vice-presidente da Câmara do Funchal, auferiam de contratos-programa que valiam em média 6 milhões por ano.

Esta questão torna claro o modelo PSD, em que o Governo Regional é visto como um instrumento de política partidária, e em que o interesse público é posto em causa sempre que não coincide com as prioridades partidárias, ou se aplica em espaços e estruturas fora do controlo direto do Governo Regional.



**COM PRINCÍPIOS.  
SEM PRIVILÉGIOS.**

EM TODAS AS FRENTES

# MULHERES SOCIALISTAS EM “JORNADAS DE MARÇO”

O Dia Internacional da Mulher serviu de mote à segunda sessão de “Jornadas de Março”, uma iniciativa das Mulheres Socialistas da Madeira que pretende sinalizar a importância da luta subjacente à efeméride. No evento discutiu-se o tema das mulheres e o mercado de

trabalho, em termos de “pobreza e desemprego”, associando a condição feminina a maiores índices de risco de pobreza e de exclusão social.

O debate contou com as participações de Carla Tavares, Madalena Nunes e Andreia Caetano. No seguimento da

sessão, e no mesmo contexto, Mafalda Gonçalves, deputada e presidente das Mulheres Socialistas da Madeira, referiu considerar “estarmos piores do que há um ano”, porque “a pandemia é aliada do exercício da violência, confinando as mulheres num mesmo espaço com os seus agressores”.



## JS-MADEIRA PARTICIPA NO PRR-RAM

Olavo Câmara, presidente da JS-Madeira e deputado à Assembleia da República, considerou que o Plano de Recuperação e Resiliência deve servir “para lançar um novo plano de desenvolvimento para a Madeira”, acrescentando ser claro que “o plano proposto pelo Governo Regional tem falhas que importa colmatar”. Disse ainda que foi por isso que a JS-Madeira teve o cuidado de ouvir o Governo da República, o setor do turismo e o setor empresarial para além dos jovens da estrutura, antes de elaborar uma proposta. Esta súmula foi proferida no fim de uma iniciativa que contou com a participação de Ricardo Pinheiro, secretário de Estado do Planeamento, Bernardo Trindade, gestor hoteleiro, e José Veiga França, presidente da ACIF. A proposta da JS-M inclui ainda propostas adicionais, nomeadamente nas áreas da agricultura e do mar, bem como a integração dos investimentos municipais.

## PS SANTA CRUZ DEFENDE BOLSA DE VOLUNTÁRIOS



A concelhia de Santa Cruz do Partido Socialista considera que a Câmara Municipal deve apoiar as instituições sociais do concelho, nomeadamente através da criação de uma bolsa de voluntários, por forma a dar resposta às necessidades destas para cumprir os seus objetivos. A proposta foi feita por António Alves, presidente da concelhia, na sequência de uma visita à associação

Pérola, tendo enaltecido o trabalho desenvolvido por esta instituição e pelas suas congéneres, especialmente tendo em consideração os riscos acrescidos de pobreza decorrentes da pandemia. Foi igualmente feito um apelo no sentido da reconversão de alguns espaços de modo a serem adaptados às necessidades destas associações na prossecução dos seus objetivos.

## OPINIÃO



GONÇALO AGUIAR

## DESAFIO O QUE AÍ VEM

Após as eleições presidenciais vamos iniciar um novo ciclo muito importante para o Partido Socialista, o ciclo autárquico onde todos os militantes são chamados para dar o seu contributo.

Ser militante do Partido Socialista é, na nossa Região, um ato de coragem, pois na verdade, ainda nos dias de hoje, não faltam testemunhos de entre os nossos camaradas, de situações injustas criadas pela sua escolha ideológica que afetaram significativamente as suas vidas pessoais e profissionais. Isto acontece, infelizmente, porque na Madeira não houve ao longo de muitos anos alternância democrática e todas as nossas conquistas foram fruto de muita persistência, dedicação e muito trabalho.

Ser militante do Partido Socialista na Madeira é não esperar facilidades, mas sentir que, apesar de frequentemente estarmos sujeitos às injustiças, somos parte de um grupo de pessoas que partilham uma vontade enorme de fazer mais pela nossa terra e sentem o dever de cidadania de participar ativamente no desenvolvimento da democracia na Região Autónoma da Madeira.

A verdade é que tem valido a pena porque temos conseguido demonstrar que tem sido

importante dar a confiança ao Partido Socialista, pois é nas nossas Câmaras Municipais e nas nossas Juntas de Freguesia que se tem assistido a um maior desenvolvimento social das suas populações, onde há rigor, seriedade e acima de tudo, existe a certeza que quem está a gerir os destinos da autarquia fá-lo com um único propósito, ajudar a criar melhores condições de vida.

Hoje infelizmente, vivemos tempos de grandes incertezas, onde o conceito de pandemia, ganhou um novo sentido para todos nós.

Nunca imaginámos viver circunstâncias tão difíceis como as que estamos atualmente a passar, que deixará, inevitavelmente, uma marca em todos nós e que levará certamente anos a recuperar. É na saúde, na educação, nas empresas, nos empregos, enfim, é também inevitavelmente nas contas públicas. Não tenhamos dúvidas, mais do que nunca necessitamos de estar coesos nas batalhas que temos pela frente.

O Partido Socialista, tem feito um trabalho proativo na procura de alternativas para as políticas levadas a cabo na Região, esse trabalho, que é o que é esperado de nós, afirmamos como o Partido que está em condições de governar futuramente a Região. Mas com vista a esse grande desígnio que todos almejamos, necessitamos de nos apresentar fortes para o próximo desafio. É por essa razão que já estamos a preparar, junto das Estruturas de Base do Partido Socialista, recentemente eleitas, o projeto autárquico, para que em breve possamos apresentar as propostas e as equipas, na certeza que constarão bons autarcas, pessoas sérias e comprometidas.

Contamos com todos para ultrapassarmos juntos este desafio.



**Novo hospital é o maior investimento público dos últimos 20 anos.  
O valor total da obra ronda os 350 milhões de euros.**

## NOVO HOSPITAL UMA HISTÓRIA SÓRDIDA

### 1ª FASE EMPREITADA

Escavações e Contencções, no valor de 18,8 milhões de euros, foi adjudicada à AFAVIAS, por concurso público simples, ao contrário do anterior, que passava por uma pré-qualificação dos interessados.

A adjudicação foi apontada pelo Governo Regional como “mais um prazo que foi cumprido (...)”.

**FALSO - é apenas mais um passo num processo que foi sendo adiado e atrasado durante 20 anos.**

**FALSO**

Em 2011 o Governo Regional suspendeu o processo do novo hospital, optando por modernizar o atual.

Em 2018, o Governo Regional consegue, com o apoio dos deputados do PS-M na Assembleia da República, apresentar uma candidatura exequível a “projeto de interesse comum”. O Governo da República aprovou o apoio à construção, fiscalização e aquisição de equipamento para o futuro hospital, e a suportar 50% do esforço financeiro para a construção e equipamento do novo hospital.

O Governo Regional abriu concurso para a construção do novo hospital, pelo valor base de 205,9 milhões de euros, mais IVA, num prazo de 50 meses. Os sete candidatos presentes a concurso foram convidados a apresentar uma proposta.

De acordo com o Governo Regional o concurso permaneceu deserto. FALSO: houve duas propostas, embora ambas fossem por valores superiores ao definido no caderno de encargos. O Governo Regional optou pela anulação do concurso.

### CONCLUSÃO

O que aconteceu foi combinado entre os candidatos, e entre estes e o Governo Regional  
O que acontece a seguir?

No final, **GANHAM SEMPRE OS MESMOS**

O grupo parlamentar do PS fez uma denúncia à Autoridade da Concorrência, reque-rendo a abertura de um processo de contraordena-

ção, para investigar a existência de práticas restritivas da concorrência, proibidas pela legislação nacional e pelos tratados da União Europeia.



## POLÍTICA DE PROXIMIDADE



### PAVIMENTO PARA LEVADA DA ROCHA EM MACHICO

A Junta de Freguesia de Machico iniciou a obra de pavimentação da levada da Rocha, no troço compreendido entre a Vereda do Lombo da Roçada e o Caminho da Ribeira das Cales, nos Marçoços.



### MONDAS E LIMPEZAS NA PEREIRINHA EM PONTA DO SOL

Foram realizados trabalhos de mondas e limpezas nas veredas e levadas, no Sítio das Pedras - Pereirinha. Um esforço da Junta de Freguesia

da Ponta do Sol, por uma freguesia mais acessível, cuidada e segura.



### REPARAÇÕES NA LEVADA DA ÁGUA DO VENTO NO SEIXAL

A autarquia continua no terreno, a avaliar e resolver, dentro das suas possibilidades, alguns danos que ainda prevalecem desde a tempestade que assolou o concelho de Porto Moniz, como a recuperação da levada danificada pelo temporal, Água do Vento.



### RIBEIRA DA JANELA LIMPA LEVADA DOS CEDROS

Os funcionários da Junta de Freguesia da Ribeira da Janela e do município do Porto Moniz, juntamente com alguns herdeiros que manifestaram disponibilidade, têm estado a efetuar a limpeza de diversas derrocadas ocorridas na Levada dos Cedros. Uma união de esforços muito produtiva, na preparação de mais um ano de rega.



### SÃO MARTINHO COM MONDAS E LIMPEZAS NOS PIORNAIS

Funcionários da Junta de Freguesia de São Martinho estiveram em diversos pontos da Levada dos Piornais, limpando e mondando ao longo do seu percurso por forma a torná-lo mais agradável e seguro a quem necessita de ali passar.



### LIMPEZA DE BECOS E VEREDAS EM SÃO GONÇALO

A Junta de Freguesia de São Gonçalo continua empenhada na limpeza e manutenção dos inúmeros becos, veredas, travessas e caminhos da freguesia, para que toda a população possua um acesso digno à sua habitação. A concretização desta tarefa, por vezes árdua, deve todo o seu sucesso aos trabalhadores que diariamente se deslocam pela freguesia, mesmo com todos os condicionalismos que a Covid -19 impõe.



### RUA DO ÂNCORA NO CANIÇAL PROTEGIDA

A Junta de Freguesia do Caniçal em colaboração com a Câmara municipal de Machico, colocou varandas de apoio na rua do Âncora, de modo a oferecer mais segurança a todos os que por ali circulam.



**RESPONSÁVEIS.  
PRÓXIMOS.  
PREPARADOS.**



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# PS DEFENDE APOIOS AOS EMIGRANTES



O apoio aos emigrantes e lusodescendentes que regressam a Portugal, neste caso à Região Autónoma da Madeira, continua a ser uma preocupação dos deputados do Partido Socialista à Assembleia da República. Na sua intervenção, no âmbito da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades

Portuguesas, a deputada Marta Freitas defendeu a importância de clarificar o programa “Regressar” e questionou a que medidas os emigrantes que estão na Madeira (neste caso, os que regressam da Venezuela) têm acesso, isto atendendo a que alguns beneficiaram de algumas das soluções, como o

apoio fiscal e a linha de crédito, tendo esta última sido maioritariamente beneficiada pela Madeira. A deputada abordou também questões como o apoio financeiro para quem inicie atividade laboral, oportunidades de emprego e o apoio no reconhecimento de qualificações académicas ou profissionais.



## PS-M PROPÕE MODELO DE GOVERNAÇÃO PARA PRR-RAM

Carlos Pereira, deputado do Partido Socialista - Madeira à Assembleia da República, propõe um modelo de governação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) da Região, de modo a permitir que, no mais curto espaço de tempo possível, os meios disponíveis sejam todos utilizados e bem executados. Na ótica do parlamentar, este modelo de governação deve englobar a criação de uma estrutura de missão, um sistema de informação e ainda uma comissão eventual de acompanhamento do PRR.

## UE E SAÚDE: 5,1 MIL MILHÕES PARA OS PRÓXIMOS 7 ANOS



Sara Cerdas, negociadora no novo programa europeu para a saúde - EU4Health, que reserva 5,1 mil milhões de euros no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual

(QFP) para os próximos 7 anos, apresentou o relatório final, que segue para votação em plenário, considerando-o “o programa mais ambicioso e completo na área da saúde”.

A eurodeputada reforçou, durante a sua intervenção em plenário, que “apenas iremos atingir melhores indicadores em saúde se tivermos uma verdadeira abordagem em todas as políticas, atuando naqueles que são os determinantes de saúde e reduzindo as iniquidades nesta área” e que “só seremos tão saudáveis quanto os nossos mais vulneráveis”. O EU4Health permitirá “não repetirmos os erros do passado, e que a saúde seja abordada da forma holística que precisa e merece, tornando os sistemas de saúde mais e melhor preparados para as presentes e futuras ameaças em saúde.”



## UMa COM MAIS FORMAÇÃO

Olavo Câmara defendeu que a UMa deve ter uma oferta formativa “maior e mais diversificada”, atraindo mais alunos, lamentando que não se tenha “apostado em cursos da área do turismo e do mar”. O líder da JS-M e deputado à Assembleia da República falava num dos fóruns da FormAAL 2021, promovido pela Associação Académica de Lisboa.

PASSA A PALAVRA

VOZES SOCIALISTAS

“Segurança Social da Madeira esquece os idosos” Mafalda Gonçalves Figueira

“Será preciso (os agricultores) terem um cartão laranja para escoarem os seus produtos?” Tânia Freitas

“Há falhas no acesso aos serviços de saúde na Região, e a desigualdade de rendimentos entre as pessoas é uma das principais causas desta situação.” Miguel Iglésias

“A residência oficial da presidência do Governo Regional não é uma sede partidária. É do povo madeirense e não de um partido.” Paulo Cafôfo

“Precisamos de nos fortalecer no que diz respeito à nossa soberania alimentar e é necessário enrobustecermos o escoamento dos produtos produzidos na nossa Região, numa altura que uma boa parte do mercado para o qual os produtos eram escoados simplesmente não está ativo” Elisa Seixas

“Há democracia amordaçada na Região Autónoma da Madeira, e mistura entre governantes e grupos económicos (...) que controlam a comunicação social.” Vitor Freitas

“As sociedades de desenvolvimento não são sociedades de

desenvolvimento, mas sim sociedades de endividamento” Jacinto Serrão

“O Plano de Recuperação e Resiliência da Região tem de ser mais abrangente no que diz respeito à Educação e não incidir somente na digitalização. (É preciso) apostar na formação profissional, na cooperação com a UMa na formação de professores, num plano de saúde mental escolar e num programa de incentivo à atividade física e ao desporto.” Rui Caetano

“O Plano de Recuperação e Resiliência deve ser mais ambicioso no que ao Porto Santo diz respeito, como forma de dar uma resposta cabal às reais dificuldades dos empresários e população local.” Miguel Brito

“Os serviços de saúde não se podem fechar à população, e o acesso deve ser garantido às populações de acordo com as suas necessidades, independentemente das suas condições económicas.” Elvijo Jesus

“Todos estes milhões que são anunciados e repetidamente propagandeados não chegam às empresas e, mesmo que fossem uma realidade, ficariam muito distantes das verbas à disposição do Governo Regional” Sérgio Gonçalves



PS responde a 4 questões colocadas pelo DN, na campanha eleitoral autárquica de 1976

12 DEZEMBRO DE 1976

PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM DEMOCRACIA

A mudança do modelo de nomeação dos autarcas para a escolha pelo voto do povo constituiu uma viragem histórica com a Revolução do 25 de Abril de 1974. Tão importantes como as demais eleições, a Constituição da República de 1976 marcou o destino do Poder Local em que as autarquias são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. Na campanha eleitoral para as primeiras eleições autárquicas democráticas de 12 de dezembro de 1976, o PS-Madeira defendeu com a maior convicção que nos órgãos dos Municípios haja uma representação tanto quanto possível fiel do conjunto da população, para o que “só o método de Hondt pode evitar a fractura do País em função das correntes partidárias”. Decorre daquele método a representação pluripartidária nos órgãos colegiais autárquicos, não sendo exigível que todos os eleitos tenham pelouros distribuídos. Mas é exemplo a registar que nos três primeiros mandatos na Câmara Municipal do Funchal alguns dos eleitos pelo PS tiveram pelouros distribuídos.

Gregório Gouveia



## OPINIÃO



# MAIS UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?

A história de mais de 40 anos de poder laranja na Região Autónoma da Madeira está recheada de oportunidades perdidas. É certo que a Madeira e o Porto Santo de hoje são diferentes de 1974 – os fundos comunitários deram uma grande ajuda ao desenvolvimento - mas também se conhecem histórias de gastos ruinosos e que apenas serviram para esbanjar dinheiro públicos.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é uma nova oportunidade para a Região e não pode ser mais do mesmo. Isto é, dinheiros públicos a financiarem interesses privados e obras faraónicas que culminam com uma dívida colossal a qual iremos todos pagar. Este é um momento decisivo na história da Madeira. Com o PIB em queda livre, a mais alta taxa de desemprego do país e uma crise que ameaça deixar marcas profundas na sociedade madeirense, é fundamental contar com o apoio

---

**A Região Autónoma da Madeira não terá, nos tempos mais próximos, uma oportunidade tão relevante para se preparar e responder aos desafios de um futuro que assentará em novas formas de trabalhar, viajar e de cidadania. A sociedade madeirense deveria estar completamente mobilizada para debater este futuro e a região ultraperiférica que queremos ser.**

---

de todas e de todos os funchalenses e porto-santenses para a recuperação social e económica.

Os 561 milhões de euros do PRR previstos para a Região são um contributo relevante e decisivo para defender a economia, assegurar empregos e proteger os mais socialmente expostos. A sua aplicação exige transparência, equidade e sentido social. Exige debate e escrutínio. O que é que o Governo Regional

fez? Funcionou em circuito fechado, alheou-se da discussão públicas e destinou todo o dinheiro para o investimento público. Uma história que já sabemos como vai acabar.

O PRR não contempla medidas específicas de apoio ao tecido empresarial ou setores tradicionais como a agricultura ou a pesca e sabemos bem que a recuperação da economia não será feita sem o contributo das empresas e a mobilização da sociedade. Esta

é a grande oportunidade de construir a Madeira 2030, assente num modelo de desenvolvimento digital e verde, em linha com o que está definido a nível nacional e europeu para a recuperação pós-Covid. O PS-Madeira reconhece a relevância deste documento para o futuro da Região e por isso propôs uma comissão de acompanhamento do PRR e aproveitou a consulta pública para propor alterações estruturantes e essenciais para a recuperação social e económica. Alterações que contribuam para aumentar a competitividade do sector empresarial, assegurar o emprego, diversificar a economia e reforçar o poder local.

A Região Autónoma da Madeira não terá, nos tempos mais próximos, uma oportunidade tão relevante para se preparar e responder aos desafios de um futuro que assentará em novas formas de trabalhar, viajar e de cidadania. A sociedade madeirense deveria estar completamente mobilizada para debater este futuro e a região ultraperiférica que queremos ser. Deveria estar também a debater novas formas de organizar sectores tradicionais, como o do turismo, por exemplo.

Este é um sector que continuará a ser estruturante na economia da região. Mas fará sentido gastar 4,8 milhões de euros em promoção turística quando há fortes limitações à circulação? Será esta a Madeira que queremos continuar a ser? A resposta para o futuro só tem um caminho: a gestão correta dos fundos públicos, olhar em frente para políticas com impacto real na vida das pessoas, de todas as pessoas, e não apenas de alguns privilegiados.

O PRR é uma oportunidade única para mobilizar madeirenses e porto-santenses e não podemos alhear-nos de o debater e escrutinar. Como partido responsável e uma verdadeira alternativa, o PS-Madeira não deixará de mobilizar a sociedade, em geral, e os seus militantes, em particular, para este debate.

**Paulo Cafôfo**  
Presidente do PS-Madeira